

Aconteceu

Conflito entre PM e sem-terra acaba em norte em Porto Alegre

Um morto e oitenta feridos foi o saldo do conflito entre soldados da Brigada Militar e sem-terra no centro de Porto Alegre, no dia 8. Os trabalhadores rurais protestavam pacificamente na praça da matriz em favor da reforma agrária quando foram cercados por quatrocentos PMs. (página 7)

Genocídio Yanomami chega às Nações Unidas

Na ONU, a Junta Diretora da Associação dos Povos Ameaçados acusou o Brasil de ser responsável pelo genocídio dos Yanomami. O chanceler Francisco Rezek não teve argumentos para defender o país da acusação. (página 10)

Brasil é dos que menos investem em educação

O Brasil investe pouco em educação. No ranking mundial, ocupa o 10º lugar, atrás do Paraguai, Peru, Equador e Nicarágua, segundo dados do próprio Ministério da Educação. Atualmente apenas 4,3% do PIB é aplicado em educação. (página 14)

TST julga 'abusiva' a greve da CSN

O Tribunal Superior do Trabalho julgou "abusiva" a greve na Companhia Siderúrgica Nacional, iniciada em 11 de julho. O TST também negou reajuste salarial de 166,89% retroativo a 1º de maio. (página 13)

Reajuste de 59% põe fim à greve de 50 dias na Ford de São Bernardo

Parizotti



Em assembléia, os metalúrgicos da Ford decidiram retornar ao trabalho

Os metalúrgicos da Ford de São Bernardo do Campo encerraram a greve no dia 30. Em assembléia, os "golas vermelhas" — metalúrgicos da ferramentaria e da manutenção — concordaram com a proposta de reajustar os salários em 59,11% em julho mais 15% em agosto. (página 12)

Especialistas falam em recessão mundial

Petróleo mais caro deve provocar recessão mundial moderada ou pressão inflacionária seguida de recessão moderada. Com poucas divergências, é isso que a maioria dos analistas acha que vai acontecer com a economia mundial depois da alta dos preços do petróleo.

No dia 6 as cotações deram mais um grande salto. Em Londres, o tipo *brent* para entrega em setembro subiu US\$ 2,50 e fechou negociado a US\$ 26,60 o barril — o nível mais elevado desde dezembro de 1985. Em apenas uma semana, esse petróleo — considerado o melhor termômetro das tendências do mercado — encareceu US\$ 6,00 e algumas previsões já apontam para a marca de US\$ 30 a curtíssimo prazo.

Estima-se que cada dólar a mais no preço do petróleo signifique uma elevação de 0,1 ponto percentual na inflação dos países industrializados. Essa conta, no entanto, só vale caso a cotação permaneça no mesmo patamar por alguns meses e é impossível prever onde os preços estacionarão a médio prazo.

De qualquer maneira, ninguém está equiparando a crise atual à de 1973 ou 1979, quando os preços primeiro quadruplicaram (de US\$ 2,50 para US\$ 10) e, depois, duplicaram (de US\$ 12,50 para US\$ 25,00). Hoje, as cotações estão num nível um terço superior à média do ano passado.

Os países que mais sentirão a alta dos preços do petróleo, no entanto, serão os do leste europeu. (Folha de S. Paulo, 07/08/90)

Leite C tem novo reajuste

O leite tipo C subiu de Cr\$ 26,60 para Cr\$ 29,30 a partir do dia 7 nos estados onde não há cobrança de ICMS, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos Estados que cobram o imposto, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, o preço sobe para Cr\$ 31,80. O aumento é de 10,15%. O preço do leite C na Baixada Santista, em São Paulo, será também de Cr\$ 31,80. O preço do leite tipo B (Cr\$ 45,00) continua inalterado.

Os novos preços para o leite tipo C foram decidido em comum acordo entre governo, usineiros, produtores e distribuidores. Com o aumento, os produtores passam a receber

Cr\$ 17,88 por litro; a indústria, Cr\$ 6,27; o distribuidor, Cr\$ 2,95 e o varejista, Cr\$ 2,20.

Com o novo reajuste, o preço do leite tipo C acumula aumento de 21,15% depois da posse do governo Collor. Os aumentos de preço do produto registrados desde o início do ano somam 362,88%.

A cada quinze dias o governo se comprometeu a rever os preços, de modo a eliminar, gradualmente, a defasagem nos custos alegada pelos produtores. A próxima reunião da Câmara Setorial do Leite ocorrerá na semana que vem, em Brasília, quando poderá ser definido novo reajuste para o leite tipo C. (Folha de S. Paulo, 07/08/90)

CEF estuda a volta dos financiamentos a imóveis

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Lafaiete Coutinho Torres, disse a representantes do setor imobiliário que a instituição estuda voltar a fornecer cartas de crédito até o final do ano. Terão preferência os clientes (pessoas físicas) da CEF de maior tempo e mais depósitos em cadernetas de poupança.

Ele disse que a instituição ana-

lisa nos próximos seis meses uma reforma nas relações com o setor imobiliário. Segundo ele, os empresários da construção civil precisam começar a trabalhar mais com recursos próprios.

O sistema tem 4 milhões de mutuários, sendo que 96% deles pagam prestações em valores inferiores a Cr\$ 500,00. (Folha de S. Paulo, 07/08/90)

Aconteceu

Nº 547

5 a 20 de agosto de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor

Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte

Flávio Irala

Editores assistentes

Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação

Beatriz Araújo Martins

Diagramação

Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginção

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão

Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual

Cr\$ 400,00

Assinatura de apoio

Cr\$ 500,00

Assinatura exterior

US\$ 50

Candidatos concentram críticas no Plano Collor

Os candidatos do PSDB, Mário Covas, do PMDB, Luiz Antônio Fleury Filho, e do PT, Plínio de Arruda Sampaio, atacaram o Plano Collor no primeiro debate realizado em São Paulo, pela TV Bandeirantes, com cinco candidatos ao governo do Estado, no dia 6. Paulo Salim Maluf, do PDS e que lidera a última pesquisa DataFolha, publicada dia 2, com 46% das intenções de votos, não compareceu.

PMDB é o preferido, mas PT sobe mais

Luís Inácio Lula da Silva, o candidato do PT à eleição presidencial do ano passado, pode não ter vencido o pleito, mas fez o seu partido apresentar, nos últimos doze meses, o maior índice de crescimento na preferência do eleitorado de dez unidades da Federação (nove Estados e o Distrito Federal) pesquisadas pelo DataFolha. De agosto de 1989 para julho de 1990, o PT pulou de 7% para 11% e encostou no PMDB, que mantém o título de partido preferido, com 13%.

Na pesquisa feita em agosto do ano passado, 60% dos consultados não tinham partido de preferência. Já em julho de 1990 (dias 23 e 24), o DataFolha encontrou menor número de eleitores sem preferência partidária (53%). O PT incorporou a seus simpatizantes quatro desses sete pontos percentuais de diminuição na indefinição partidária.

A pesquisa deixa claro que não está havendo, na eleição deste ano, identificação entre preferência por partido e preferência pelo candidato desse partido. O PMDB é o partido que fica em primeiro lugar em seis Estados, mas em nenhum deles seu candidato ao governo ocupa o primeiro lugar das preferências.

Em Minas Gerais, o PMDB é o partido do coração de 14% dos consultados, um ponto à frente do PT, mas dos dois primeiros lugares na pesquisa para o governo do Estado pertencem ao PRS (Hélio Garcia) e ao PSDB (Pimenta da Veiga). (Folha de S. Paulo, 04/08/90)

Fleury disse que o Plano Collor atinge o Estado de São Paulo mais do que qualquer outro Estado. "Não podemos acabar com a inflação à custa do desemprego e da recessão", disse. Segundo ele, o país vive uma "situação preocupante".

Plínio disse que o projeto econômico liberal do governo federal jogará o Brasil "fora da história". Disse ainda que São Paulo é o único Estado em condições de articular

uma resistência ao Plano Collor. Plínio afirmou que a produção de São Paulo cresceu na década de 80 menos do que a população.

Mário Covas disse que o plano provocou o maior arrocho salarial da história do Brasil. Ele criticou também a retenção da poupança. Adhemar de Barros Filho, do PRP, e Almino Affonso, PDT, também atacaram Collor. (Folha de S. Paulo, 07/08/90)

Gabinete paralelo define prioridades

Em sua primeira reunião desde que foi instalado, o "gabinete paralelo" definiu suas prioridades de trabalho para agosto e elegeu a política salarial como principal item de sua pauta. "O pontapé inicial da nossa proposta vai ser o projeto aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara", anunciou o presidente nacional do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva. "Na Câmara, por mais que se erre, as coisas são debatidas".

Com a próxima reunião marcada para o dia 27 de agosto, Lula acredita que antes dessa data poderá apresentar seu projeto. "O Brasil precisa de uma política salarial definitiva,

que reveja a escala móvel de salários, como os países desenvolvidos", defendeu Lula.

Lula argumenta que com uma política salarial definitiva, como diz, o Estado deve garantir a reposição das perdas da inflação e com isso facilitar negociação de itens como produtividade e condições de trabalho. O projeto salarial do gabinete paralelo será coordenado pelo economista Walter Barelli. Além de Barelli, os coordenadores do "gabinete paralelo", nas áreas de Política Agrícola e Reforma Agrária, Educação e Saúde também vão apresentar propostas. (O Estado de S. Paulo, 31/07/90).

Quércia libera verba de publicidade sem licitação

O governador do estado de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), liberou Cr\$ 558,5 milhões para duas agências de propaganda promoverem seu governo. Os contratos, publicados no *Diário Oficial* do dia 31, não se submeteram a processo de concorrência pública. A verba destina-se apenas a duas agências: Bonturi, Barone & Associados e Companhia Brasileira de Publicidade (CBP). Essas agências fizeram a campanha eleitoral de Quércia, em 1986. As duas atualmente trabalham na campanha de Luiz Antônio Fleury Filho, candidato do PMDB ao governo paulista.

O deputado estadual José Dirceu (PT) desconfia do destino do dinheiro liberado. "É um escândalo que uma quantia tão alta seja liberada para beneficiar empresas que estão diretamente envolvidas na campanha do candidato da preferência do governador".

Os novos contratos de Quércia com agências publicitárias foram feitos através da Secretaria de Governo do Palácio dos Bandeirantes. A Bonturi ficou com Cr\$ 280 milhões; à CBP couberam Cr\$ 278,5 milhões. A Bonturi, criada em 1986, pertence a Dirceu Bonturi Pereira, amigo do governador. (Folha de S. Paulo, 07/08/90)

Natureza se vinga do desmatamento causando doenças

A mais imediata vingança da natureza contra o ímpeto devastador que todo ano desmata 20 mil quilômetros quadrados só na Amazônia, segundo dados do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), é a transmissão de doenças aos homens, que passam a constar do *cardápio* de mosquitos a se expor a segredos da mata ainda mal desvendados pela ciência.

A malária, que só nos primeiros três meses deste ano já fez 130 mil novas vítimas em todo o país, está fora de controle e a tendência é aumentar, com a contínua e desordenada ocupação humana que afugenta os animais silvestres cujo sangue serve de alimento para os mosquitos, levando os insetos a buscar o sangue do homem. Pior: cientistas têm identificado novas espécies transmissoras do parasito na região e mudanças no comportamento do inseto que dificultam o combate à doença.

Com o desmatamento e o desaparecimento dos animais, principalmente a preguiça, o inseto que transmite a leishmaniose — antes exclusivo das florestas — se adaptou às áreas alteradas pelo homem e agora avança em direção aos centros urbanos, com muitos casos recentemente diagnosticados em bairros da periferia de metrópoles como Belo Horizonte. O mesmo ocorre com a febre amarela: o macaco que vive no alto das árvores, animal preferido pelo mosquito trans-

missor da doença, é cada vez mais raro, e o inseto, com poucas opções de alimento, passa a atacar o homem.

Recentes surtos de raiva ocorreram no Mato Grosso e agora são frequentes em áreas indígenas de Roraima porque o morcego-vampiro foi obrigado a trocar pelo homem seus animais silvestres prediletos. O barbeiro, inseto hospedeiro do protozoário causador da doença de Chagas, se adaptou para habitar residências em regiões desmatadas e atacar o homem ao invés dos animais da floresta, como fazia antes.

Moscas pretas conhecidas como pium, que infestam as matas da fronteira do Brasil com a Venezuela, são atualmente responsáveis por um foco de oncocercose, ou cegueira-do-rio,

que causa perda de visão nos infectados. Como o inseto também vive em outras regiões do país, há o risco de soldados ou garimpeiros espalharem a doença ao retornarem aos seus locais de origem.

As doenças do desmatamento não poupam o Sul do país: ali, o pólen de gramíneas que nascem no lugar das árvores cortadas é inspirado pelo homem e provoca a polinose, ou febre-do-feno, uma alergia cada vez mais comum na região. Longe dali, em Rondônia, a substituição da floresta por plantações de café tornou mais fácil a transmissão ao homem de um fungo existente no solo e na poeira, causador de uma micose crônica no pulmão. (*Jornal do Brasil*, 29/07/90)

Dobra o número de queimadas no Brasil

O número de queimadas em todo o País foi maior do que o dobro na primeira semana em relação à segunda de agosto, segundo registros feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, a partir de rastreamento pelo satélite americano NOAA-11, que dá uma volta na Terra a cada três horas.

Enquanto no dia 2 haviam sido notados 578 focos de queimadas,

no dia 9 foram registrados mais de 1.200 casos.

Fora da Amazônia Legal, foram registrados focos de alta intensidade em Goiás, Mato Grosso do Sul, Oeste de Minas, São Paulo e Paraná. Além disso ocorreram queimadas esparsas no Nordeste — no Maranhão, Piauí e Bahia — em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (*Jornal da Tarde*, 04/08/90)

CPT denuncia garimpeiros no Rio Paraíba do Sul (RJ)

No dia 27, às 19 horas, na comunidade Ribeirinha de Florianos, município de Santo Antônio de Pádua (RJ), o Ibama, a Feema e o Batalhão da Guarda Florestal, juntamente com representantes da CUT, CPT/RJ, Apaca (Associação Paduana de Canoagem), vereadores de Itacara, Cantagalo (RJ) e Pirapetinga (MG), bem como representantes de outras comunidades rurais desses municípios, num total de mais de cem pessoas, reuniram-se numa audiência pública para denunciar, rei-

vindicar e discutir uma solução para a garimpagem de ouro no leito do Rio Paraíba do Sul, que vem prejudicando enormemente à população, inclusive devido ao uso de mercúrio metálico.

Foram denunciados os prejuízos causados, as ameaças — inclusive de morte — feitas pelos garimpeiros aos moradores da comunidade e a presença de balsas, discutindo-se a necessidade de sistematizar e intensificar a intervenção dos órgãos competentes. (*CPT/RJ*, 28/07/90)

Medida provisória vai preservar mata nativa

O governo vai enviar ao Congresso uma medida provisória ecológica para impedir o corte da mata nativa em todo o país, segundo disse a presidente do Ibama, Tânia Munhoz. Será uma revisão do Código Florestal, de 1965, que, de acordo com Munhoz, apresenta uma falha grave, pois permite o desmatamento de até 10% da propriedade. "Assim é fácil burlar o código e desmatar toda uma região, pois os proprietários dividem suas terras em pequenas glebas e vão desmatando aos poucos", disse. (*Jornal do Brasil*, 09/08/90)

BID financia reserva extrativista no Acre

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai financiar a demarcação da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, encravada numa área de 940 mil hectares. O BID encaminhou os recursos ao Programa de Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (Pmaci), que vem sendo executado em toda a área de influência da rodovia BR-364, no trecho entre Porto Velho, em Rondônia e Rio Branco, no Acre. Esse programa pretende regularizar e demarcar todas as áreas indígenas naquela região e garantir a preservação de vastas regiões de floresta na área próxima à BR-364, inclusive a Reserva Extrativista Chico Mendes.

O Pmaci já dispõe de Cr\$ 147 milhões para serem repartidos entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (*Jornal do Brasil*, 03/08/90).

ONU vai pesquisar migrações no Brasil

O crescimento demográfico do mundo e seus efeitos sobre o meio ambiente será um dos principais temas da 2ª Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas, que se realizará no Brasil em junho de 1992.

Segundo o diretor executivo do Fundo de População da ONU (FNUAP), Tatsuro Kunugi, que esteve com representantes do Ibama, do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Inpa), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com diplomatas e parlamentares, nos próximos cinco anos o Brasil receberá mais de US\$ 15 milhões para projetos na área de migração interna e suas implicações em zonas marginais da Amazônia. Os recursos também serão aplicados no treinamento de pessoal em vista do novo censo demográfico e em outras atividades. (*Gazeta Mercantil*, 01/08/90)

ONGs discutem em Nairobi como influenciar decisões governamentais

Começou em Nairobi, capital do Quênia, a reunião do comitê preparatório da conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas que acontecerá em junho de 1992, no Brasil. Os 40 representantes de vários países que organizam a Uniced-92 discutirão a agenda do evento. Paralelamente, Nairobi abrigará outra reunião — a das entidades não governamentais.

Uma delegação oficial brasileira foi à reunião da ONU. Dois ambientalistas seguiram para a reunião do International Facilitating Committee (IFC), um comitê de entidades governamentais. O IFC foi criado por iniciativa do Center for the Common Future, de Genebra.

Rubens Harry Born, da Oikos — União dos Defensores da Terra e assessor do deputado Fábio Feldmann —, foi a Nairobi como representante do fórum preparatório das ONGs brasileiras para a Uniced-92.

Tony Gross, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), membro da comissão coordenadora do fórum, o acompanhou. A reunião da IFC ocorre nos próximos dias.

Tal reunião servirá para que as entidades não governamentais possam pressionar as decisões do encontro oficial. O comitê do IFC é formado por representantes de doze entidades não governamentais de vários países. Sete deles já estão definidos — uma cadeira já é do fórum das ONGs brasileiras. As outras cinco entidades serão escolhidas agora.

Em Nairobi, os ambientalistas brasileiros recomendarão que "seja incluído, formalmente, entre os objetivos da conferência de 1992, a definição de parâmetros e estratégias para uma nova ordem econômica mundial, regida pelo princípio do desenvolvimento sustentado", diz um documento tirado em Friburgo. (*Gazeta Mercantil*, 08/08/90)

Príncipe Charles dá US\$ 3 milhões para reserva ecológica na Amazônia

Os US\$ 3 milhões doados pelo príncipe Charles da Inglaterra, ao museu paraense Emilio Goeldi, para a criação da estação científica na reserva ecológica de Caxiuanã, no Pará, não devem ser consideradas apenas um gesto de generosidade com os pesquisadores e estudiosos da Amazônia. Antes de tudo, representam um investimento com retorno garantido aos próprios ingleses, que poderão, pelos acordos assinados com o Museu Goeldi, enviar seus cientistas à região para participar de estudos com os pesquisadores nacionais nas mais diversas áreas, como botânica, zoologia e outros ramos da ciência.

Os US\$ 3 milhões foram liberados em boa hora, pois o Museu Goeldi, como todas as instituições superiores de pesquisa, não tinha como instalar a estação, localizada no mu-

nícipio de Melgaço, a 400 quilômetros de Belém, às margens do Rio Curuá, afluente pela margem esquerda do Rio Caxiuanã.

Quando o príncipe Charles chegar ao Pará, em outubro, para conhecer Caxiuanã, não encontrará ainda a estação de pesquisa montada, mas terá oportunidade de conhecer um dos ecossistemas mais exuberantes e complexos do mundo.

Caxiuanã tem 33 mil hectares e representa uma síntese considerável de toda a natureza amazônica. Charles, portanto, não terá motivos para voltar decepcionado a Londres. Ao contrário, seguramente ficará orgulhoso de estar colaborando com um dos projetos mais ambiciosos de preservação ambiental e objetivo científico já concebido para a Amazônia. (*Jornal do Brasil*, 02/08/90)

Difamação é arma do governo contra adversários

No final de julho, começou a se configurar mais explicitamente o tipo de relação que o governo Collor, através do ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, pretende estabelecer com os setores organizados que hoje reivindicam a implantação de uma real reforma agrária no país: uma relação pautada em acusações difamatórias, tentativas de ilegitimação da reivindicação por terra e no não reconhecimento dos representantes dos trabalhadores sem terra. O caso da ocupação da fazenda Colorado, em Iturama (MG), ocorrida em janeiro, é exemplar neste sentido. Mais ainda: ele se dá num contexto mais geral de contra-ofensiva, onde entre os alvos do ataque está o PT.

No dia 26 de julho, o ministro Antonio Cabrera anunciou a divulgação de um relatório da Polícia Militar de Minas Gerais, em que constava entre os líderes da ocupação da fazenda Colorado o nome do deputado federal Virgílio Guimarães, atual candidato do PT ao governo do estado. Segundo Cabrera, aquela ocupação, assim como as que vêm ocorrendo pelo país, seriam fruto da ação de "profissionais da invasão": pessoas e/ou grupos externos que manobriariam os sem terra com fins eleitorais. A partir daí, as acusações foram num crescente, chegando ao Ministério da Justiça, ao qual Cabrera solicitou a intervenção da Polícia Federal contra os supostos incitadores.

Por outro lado, Cabrera anunciou a intenção de processar Virgílio Guimarães por crime de invasão de terras. Nesta iniciativa, ele parece ter encontrado um aliado no ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que ordenou a abertura de inquérito para investigar a participação da CUT e do PT nas ocupações. A justificativa desta medida estaria nas "provas" contidas num dossiê entregue por Cabrera, que na verdade se resumem a moções de repúdio da Câmara Municipal de Iturama, da prefeitura, do sindicato patronal e da cooperativa municipal. Com base nestas supostas "provas", Bernardo Cabral justificou o envio do dossiê

Sem Terra estiveram 4 vezes com Cabrera

Desde a posse do ministro Antonio Cabrera, quatro audiências foram marcadas com o Movimento dos Sem Terra, sem que em nenhuma delas fosse feita uma proposta concreta no sentido da implantação da reforma agrária. O Ministério da Agricultura parece não estar disposto a alterar o grau

de concentração da terra e da renda no campo, que segundo dados da Cepal é dos mais altos no mundo: 275 latifúndios controlam 37 milhões de ha enquanto 6,5 milhões de agricultores vivem com uma renda mensal de até um salário mínimo. (*Jornal do Brasil*, 01/08/90)

ao procurador-geral eleitoral, alegando que as ocupações teriam "implicações eleitoreiras".

As reações a estas acusações foram imediatas. O MST e a CUT refutaram a idéia de "profissionais da invasão", esclarecendo que na realidade o que ocorre é o deslocamento de lideranças para o acompanhamento das ocupações, estratégia de luta reafirmada no 2º Congresso Nacional do MST, em janeiro deste ano (ver *Aconteceu* nº 541). A CUT, o PT e sindicatos da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba divulgaram uma carta em que acusam Cabrera de querer descaracterizar o MST. O PT respondeu ainda com a divulgação de uma lista de 33 trabalhadores rurais assassinados, dos quais 23 no governo Collor, desafiando Cabrera a se empenhar na apuração destes crimes.

Como resposta às acusações, Virgílio Guimarães impetrou ação no Supremo Tribunal Federal, interpellando judicialmente o ministro Cabrera e exigindo sua retratação pública. Alertou ainda que as acusações buscam esconder o fracasso de Cabrera, que até o momento não apresentou sequer uma proposta consistente de reforma agrária. Esclareceu também que sua presença na área fora no sentido de intermediar as negociações entre os sem terra e a PM, o que foi inclusive reconhecido pelo próprio comandante-geral da PM no estado, coronel Jair José Dias, e pelo capitão Antonio Amázilio Duarte. Os dois militares elogiaram a forma como Virgílio con-

duziu as negociações, que resultou na retirada pacífica da área. O conjunto destes acontecimentos permitiu elucidar algumas coisas. Primeiramente, o lugar, neste governo, da reforma agrária e das organizações de trabalhadores que a reivindicam. A definição do tripé "terra, trabalho e paz" como norteador da política agrária, conforme afirmou Cabrera, tem significado a exclusão política da diferença. Ou seja, uma estratégia de ilegitimar e desmoralizar as organizações de trabalhadores rurais, cujas lutas e reivindicações demarcam um campo de oposição e confrontos de classe.

Esta conduta só vem confirmar a marca autoritária deste governo. Se a reforma agrária é ainda uma interrogação no governo Collor, seus interlocutores e aliados já podem ser adivinhados entre as fileiras de organizações de empresários e proprietários rurais tais como a UDR.

Em segundo lugar, o embate em torno da questão da terra significou também a possibilidade, para o governo, da abertura de mais um flanco de ataques ao PT, (como tem sido feito com relação à greve da Ford e da CSN). Note-se que se, por um lado, acusações contra o PT (e a CUT) sempre existiram, capitaneadas especialmente pela UDR, por outro, agora elas partem de dentro do próprio governo, revelando uma espécie de privatização de suas instâncias a favor de determinados interesses de classe. (*Mariana Pantoja Franco/CEDI*, 07/08/90)

Situação dos atingidos pela Hidrelétrica de Itá é crítica

A população atingida pelas obras da Hidrelétrica de Itá, que está sendo construída no Rio Uruguai (RS), está em situação difícil, já que as indenizações a serem pagas aos agricultores estão suspensas desde outubro de 1989.

Os atingidos lutaram durante anos contra a realização da Hidrelétrica. Quando viram que era irreversível o início das obras, elaboraram um documento conhecido como *Acordo entre Crab e Eletrosul*, visando garantir os direitos fundamentais das populações a serem atingidas.

Além do reassentamento, a indenização da população atingida antes do início da obra (o que seria feito segundo um cronograma) era cláusula presente no "acordo". Segundo este cronograma, até o final do ano passado, 80% da população atingida já deveriam ter sido indenizadas.

Porém, a Eletrosul, além de não cumprir o acordo, suspendeu as negociações em outubro alegando falta de recursos. Hoje somente 25% do total foram indenizados e apenas um reassentamento foi concretizado.

Desde o início do ano, os atingidos, para exigir imediata retomada das negociações e paralisação total das atividades na obra, realizaram reuniões, assembleias, tiveram audiência com o presidente da Eletrosul, com o ministro da Infraestrutura, sem que nenhuma solução fosse apresentada. Para pressionar, um grupo com cerca de trinta pessoas acampou em frente à sede da Eletrosul, em Itá, exigindo o cumprimento do "acordo". Após várias reuniões, a empresa se comprometeu a pagar as indenizações, porém não cumpriu mais uma vez a promessa.

Cansados de esperar por mais de dez anos soluções que nunca chegam, os atingidos acenam com ações mais duras contra esse total descaso e falta de sensibilidade por parte da Eletrosul e do governo. (*Eleni Stempkowski/Coordenação Geral do Movimento dos Atingidos pelas Barragens*, 20/07/90)

Confronto entre PM e Sem Terra deixa um morto e 80 feridos

No dia 8, cerca de seiscentos trabalhadores sem terra ocuparam a praça da matriz, no centro de Porto Alegre (RS), um dia após ter se esgotado o prazo prometido, há dois meses, pelo ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, para solução do caso dos sem terra gaúchos.

A falta de cumprimento da promessa de reassentamento definitivo levou esses agricultores, provenientes de três acampamentos, que juntos reúnem cerca de 1.700 famílias integrantes do Movimento dos Sem Terra, a ocupar o centro da capital gaúcha, reivindicando e exigindo o assentamento definitivo dos acampados em Cruz Alta, Sarandi e Capela de Santa Ana, algumas esperando desde 1985.

Depois de montarem cerca de trinta barracas e colocarem faixas e cartazes no local reivindicando reforma agrária e exigindo o cumprimento das promessas de reassentamento, os agricultores foram cercados por cerca de quatrocentos PMs da Brigada Militar. O governador Sinval Guazzelli, chamou seu secretário de Segurança, José Eichemberg, e da Agricultura, Marcos Palombini, para ajudar nas negociações, que já incluía o deputado José Fortunatti, do PT, entre outros políticos. Porém durante as negociações o coronel Jair Portella, comandante da operação, deu o ultimato de dez minutos aos sem terra para evacuar a praça, pois caso contrário usaria a força para expulsá-los.

Diante da disposição dos sem terra de resistir, a tropa avançou, iniciando o confronto.

De um lado, os agricultores usavam seus instrumentos de trabalho,

foices e enxadas, além de pedras e paus. Do outro, a polícia usava armas de fogo, algumas com baionetas, bombas de gás lacrimogênio, cassetetes e sabres dos cavaleiros. Foram disparados vários tiros. Do confronto resultaram oitenta feridos, sendo dez sem terras internados em estado grave, além de quarenta prisões. Um policial foi morto no confronto, o soldado Valdeci de Abreu Lopes.

Cerca de duzentos agricultores, alguns muito feridos, se refugiaram na sede da prefeitura, cercada pela Brigada Militar. Após dez horas de negociações, intermediada pelo prefeito Olívio Dutra (PT), ficou acertado que eles seriam transferidos e alojados provisoriamente numa área ao lado da Secretaria da Agricultura.

O que mais impressiona no episódio é o descontrole e a insubordinação das forças policiais. O respeito e a disciplina do aparato policial são condições básicas para a própria viabilidade do Estado. O comandante da operação, coronel Jair Portella, apontado como um dos principais responsáveis pelo confronto, garantiu não ter dado a ordem de atacar. Mas o fato é que a Brigada Militar iniciou a retirada dos agricultores, avançando sobre o acampamento, destruindo barracos e jogando bombas de gás lacrimogênio, ocasionando o confronto.

O prefeito Olívio Dutra lamentou o episódio: "Faltou sensibilidade ao governo estadual e federal. Trata a questão social como caso de polícia", disse. (*O Globo*, 09/08/90; *Jornal do Brasil*, 09/08/90; *Folha de S. Paulo*, 09/08/90)

Processo de Chico Mendes é liberado

O processo que apura o assassinato de Chico Mendes, retido há onze meses no Tribunal de Justiça em Rio Branco (AC), foi devolvido para Xapuri. Com isto, é possível que o juiz responsável, Adair Longuini, possa marcar o julgamento para este ano.

Os advogados de defesa dos acu-

sados como mandante e assassino de Chico Mendes manifestaram a disposição de pedir a transferência do julgamento para outra cidade. A defesa teme a pressão popular se o processo for julgado em Xapuri, onde o crime ocorreu em dezembro de 1988. (*Jornal do Brasil*, 04/08/90)

Visita de Ratzinger reforça ação dos conservadores

A investida conservadora no interior da Igreja Católica no Brasil teve sua última demonstração de força num curso para bispos promovido pelo cardeal dom Eugênio Sales, no Rio de Janeiro. O curso, realizado nos dias 23 a 26 de julho, reuniu 96 dos 373 bispos brasileiros, e foi ministrado pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício), também chamado "o xerife do Vaticano".

O curso de Ratzinger constitui, segundo os que se identificam com o chamado clero progressista, o mais recente episódio da ofensiva que os setores do considerado clero conservador lançam contra os que seguem os princípios da chamada Teologia da Libertação. Nesta luta, dom Eugênio Sales joga um papel fundamental. Há quem veja o dedo de dom Eugênio na interpelação, seguida da punição de um ano de silêncio, imposta em 1987 ao teólogo franciscano Leonardo Boff, principal teórico da Teologia da Libertação.

O episódio marcou o começo da ofensiva dos conservadores contra os redutos progressistas. Os passos seguintes, nos últimos meses, foram o desmembramento da arquidiocese de São Paulo e a nomeação de bispos de linhagem conservadora para as novas dioceses, nas populosas regiões de Santo Amaro, da Zona Leste paulistana e dos municípios de Osasco e Itapeverica da Serra.

Segue-se o fechamento de dois seminários na arquidiocese de Olinda

e Recife — o Instituto Teológico do Recife e o Seminário Regional do Nordeste, ambos controlados pelos chamados progressistas. A medida foi tomada invocando ordens de Roma pelo substituto de dom Hélder Câmara no arcebispado, dom José Cardoso Sobrinho. Somem-se as contínuas nomeações de bispos considerados conservadores para os postos deixados vagos por bispos progressistas. Neste quadro, o clero identificado com a Teologia da Libertação reconhece que foi colocado na defensiva.

O curso ministrado por Ratzinger — intitulado "O múnus petrino no final do milênio, diante dos problemas da Igreja" — trata da fidelidade ao papa. "É um curso sobre os problemas internos da Igreja", diz um bispo que também não participou da reunião. Segundo ele, "a idéia é reforçar o centralismo, o que significaria retirar gradualmente a autonomia das dioceses". Dom Eugênio Sales cultivou o mais absoluto mutismo até o final do curso, evitando contatos com a imprensa. É conhecida, porém, sua maneira de encarar a questão, através de uma declaração moldada para entrar para a história: "Prefiro errar com o papa do que acertar com os teólogos".

Os questionamentos à idéia de infalibilidade do papa — mesmo porque até Pedro se penitenciou pelo erro de renegar Jesus três vezes — pipocam pelo mundo afora. Na própria Itália, 63 teólogos divulgaram em fins do ano passado uma "carta aos cristãos", exprimindo o mal-estar "pelos impul-

sos regressivos no interior da Igreja". Foi uma resposta às instruções emanadas a ferro e fogo pelo cardeal Ratzinger. Nelas, o prefeito para Doutrina da Fé era implacável: "A Igreja é infalível, a fé cristã não é um passatempo de clube, basta com a dissensão, obedecei, tem que sofrer calai-vos ou podem ir embora".

Dom Eugênio Sales não está sozinho na ação de reforço da autoridade papal. Seu mais poderoso e eficiente aliado tem também grande poder de fogo em Roma e esbanja habilidade política. É o cardeal primaz do Brasil, dom Lucas Moreira Neves mineiro e sobrinho do ex-presidente Tancredo Neves. Ele foi ativo participante do curso proferido por Ratzinger. E encampou plenamente a tese da centralização do poder da Igreja em Roma: "A unidade é o nosso bem mais frágil e precioso".

Dois outros destacados participantes do curso no Centro de Estudos do Sumaré foram o bispo de Novo Hamburgo, dom Boaventura Kloppenburg, 70 anos, considerado o principal ideólogo dos opositores da Teologia da Libertação, e o monsenhor João Evangelista Terra, braço direito do arcebispo dom José Cardoso Sobrinho na arquidiocese de Olinda e Recife. O monsenhor Terra fez uma palestra durante o curso sobre o tema Unidade e Multifunção da Igreja. Em resumo, pregou um "administração das diversidades, luz da sabedoria papal", a quem recomendou "veneração e obediência" (*Isto É Senhor*, 01/08/90).

'A alma do negócio'

O "bispo" Macedo está se aproveitando do fato de ter sido procurado intensamente pela polícia carioca, há três meses, para prestar esclarecimentos sobre a arrecadação da sua Igreja e falar da morte de uma mulher durante um culto no Maracanã. Espalhou dezenas de outdoors com os dizeres: "Procura-se o pastor Edir Macedo. Para encontrá-lo é só sintonizar na Rádio Copacabana". (*O Dia*/Rio de Janeiro, 26/07/90)

Comunhão Anglicana tem novo líder

A Igreja Anglicana terá um novo primaz a partir de janeiro do próximo ano. George Carey, bispo de Bath e Wells, foi nomeado dia 25 de julho o 103º arcebispo de Cantuária, e vai suceder a Robert Runcie como líder da Igreja da Inglaterra e de 70 milhões de anglicanos em todo o mundo. De origem modesta e relativamente pouco conhecido, o novo primaz pertence à ala evangélica, conhecida por seu apego às crenças

tradicionais, ao contrário dos teólogos radicais, que defendem uma interpretação livre da Bíblia. Partidário da causa verde, ele advoga o ingresso das mulheres no sacerdócio, morvo de infundáveis controvérsias entre os anglicanos. Como arcebispo, seguirá uma orientação pastoral, "em contacto com o mundo". Citou como modelo o arcebispo anglicano sul-africano Desmond Tutu. (*Jornal do Brasil*, 26/07/90)

Conic denuncia desrespeito à vida no Brasil

O agravamento da crise econômica e a evolução do quadro recessivo para uma situação de depressão tornam "muito aguda e iminente" a ameaça de uma convulsão social no país. A advertência foi feita pelo presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), pastor Gottfried Brakemeier, durante o encerramento da reunião bianual do Conselho, realizada em julho, na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

"Não estamos vaticinando catástrofes, mas chamando a atenção para a situação crítica que o país atravessa", afirmou Brakemeier.

As preocupações do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs — que reúne as igrejas Católica, Metodista,

Episcopal, Luterana, Presbiteriana e Cristã Reformada, com mais de 120 milhões de fiéis em todo o país — com o agravamento da crise econômico-social brasileira é a tônica do documento *Democracia e respeito à vida*, produzido durante os três dias de encontro. Nele, os líderes religiosos apontam a política recessiva como a causa pelo agravamento da tensão social e propõem um amplo entendimento nacional.

A direção do Conic pretendia apresentar pessoalmente ao presidente Fernando Collor as conclusões do encontro, mas o presidente não concedeu audiência aos líderes religiosos argumentando falta de tempo em função da visita do presidente do Chile ao Brasil.

O documento coloca a necessidade de uma revisão da situação política e econômica brasileira, especialmente por causa do desemprego e da recessão que têm afligido milhares de famílias. Um desafio, segundo o texto, é combater o mito da inflação como mal maior de nossa economia: "Ela é reflexo e manifestação de muitos problemas conjuntos que se articulam de forma perversa". "A violência nas grandes cidades, as cenas de seqüestro e matança de menores que violam a dignidade da sociedade, o recrudescimento dos conflitos agrários com assassinatos que permanecem impunes... A recessão crescente resolverá esta tendência conflitiva e violenta?", questiona o documento. (O Globo, 27/07/90)



ELEIÇÕES
& IGREJA

Evangélicos dizem não à alienação

Motivados pela reflexão sobre a participação política no Brasil, cerca de 250 evangélicos ligados às igrejas Batista, Presbiteriana, Congregacional, Metodista e Pentecostal reuniram-se no Rio de Janeiro. "Evangélicos e sua Participação Política no Brasil" foi o tema do encontro realizado nas dependências do Instituto Metodista Bennett nos dias 3 e 4. O encontro foi promovido pelo Movimento Evangélico Suprapartidário (Mesp) e assessorado pelo Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

A atuação política dos evangélicos foi o centro das reflexões. Resgatando a questão histórica, o reverendo Robinson Cavalcanti, da Igreja Episcopal, destacou que nos últimos dez anos os evangélicos vêm se caracterizando como um reduto de apoio aos governos corruptos, com o afastamento de setores significativos da Igreja Católica Romana das instâncias de poder. Este papel foi delegado aos



Pastores, sociólogos e políticos debateram a atuação política dos evangélicos

evangélicos pelos governos interessados em manter a religião como "instrumento de cativeiro do povo". Segundo Robinson Cavalcanti, essa situação está mudando e atualmente os evangélicos, especialmente os quadros jovens, têm se comprometido junto aos setores populares e apoiando políticos comprometidos com as mudanças sociais.

Uma profunda análise da atuação dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional foi feita através da participação dos deputados Lysâneas Maciel (PDT — Igreja Evangélica de Confissão Reformada) e Benedita da Silva (PT — Igreja Assem-

bléia de Deus). Eles alertaram para que nesse novo momento eleitoral os evangélicos estejam atentos para não votarem nos políticos evangélicos comprometidos com o "Centrão", e fazerem uma opção por aqueles que notadamente tiveram uma atuação ao lado dos trabalhadores e dos movimentos populares.

Outros temas como "manipulação ideológica dos evangélicos", "prática social dos evangélicos", "participação dos evangélicos no movimento sindical" foram abordados por pastores, cientistas políticos, sociólogos e deputados estaduais e federais. (Luiz Longuini Neto/CEDI, 06/07/90)

ONU volta a acusar o Brasil de genocídio dos Yanomami

Em telex reservado encaminhado no dia 12 de julho ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral, o chanceler Francisco Rezek informa que o Brasil voltou a ser acusado na ONU como responsável pela ameaça de genocídio dos índios Yanomami e que o Itamaraty não tem argumentos para defender o país da acusação. "As informações recebidas pelo Itamaraty não têm sido suficientes para afastar as alegações de violação dos direitos humanos".

A acusação foi dirigida ao presidente da ONU, Javier Perez de Cuellar, pela Junta Diretora da Associação dos Povos Ameaçados, da Áustria. De acordo com as resoluções 728 e 1.503 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, acusações desse tipo são analisadas em sessões confidenciais. No caso brasileiro, a análise começará na Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias, reunida desde o dia 6 em Genebra.

Se considerar procedente a acusação, a subcomissão poderá encaminhá-la à Comissão dos Direitos Humanos, que tem poderes para sugerir ao Conselho Econômico e Social a adoção de medidas contra o Brasil. Essa é a segunda vez que a subcomissão analisa a situação dos Yanomami. A primeira foi em agosto de 89. Na ocasião a ONU recebeu um abaixo-assinado com 500 mil assina-

turas revelando a violação dos direitos dos Yanomami.

Na reunião do ano passado, a subcomissão decidiu não dar prosseguimento às acusações. "O assunto, no entanto, não foi arquivado, devendo ser reexaminado por aquela instância na próxima sessão," afirma o telex que Rezek encaminhou a Cabral. O telex afirma também que as violações aos direitos dos Yanomami crescem continuamente. Rezek sustenta que tem sido possível ao Itamaraty "evitar que as queixas apresentadas contra o Brasil conformem um processo a ser encaminhado às instâncias superiores", mas que o aumento das acusações torna difícil "continuar a evitar que tenham seguimento processual as reclamações". "A pronta e total colaboração dos órgãos responsáveis dará ao Itamaraty condições para tentar evitar que o Brasil se veja na constrangedora situação de alvo de acusações graves e de possível censura de foros internacionais". Na opinião do chanceler, o Brasil pode comprometer sua imagem internacional em virtude de revelações dessa natureza. "Seria deplorável", afirma Cabral, que despachou o pedido de Rezek ao presidente da Funai, coronel Airton Alcântara Gomes. O governo já criou dois grupos de trabalho para analisar a situação dos Yanomami, mas nenhum foi instalado. (*Folha de S. Paulo*, 05/08/90)

Governo vai repetir espetáculo de pirotecnia

O governo vai repetir um espetáculo de pirotecnia com a sua decisão de reiniciar, este mês, a operação de dinamitar as pistas de pouso clandestinas construídas por garimpeiros invasores da área Yanomami. Esta foi a avaliação feita pelo presidente do Cimi, dom Erwin Krautler.

Ele e o presidente da Ação pela Cidadania, senador Severo Gomes, divulgaram novo relatório so-

bre a situação dos Yanomami, que atacados pela malária certamente precisarão das pistas para serem atendidos.

As entidades da Ação pela Cidadania que participaram da avaliação do estado de saúde daqueles índios no período de junho de 89 a maio deste ano estão convencidas de que a solução é a retirada dos garimpeiros da reserva e não a dinamitação das pistas. (*Jornal da Tarde*, 02/08/90)

Ministro visita os Yanomami

O ministro da Saúde, Alcení Guerra, vai pedir ao presidente Fernando Collor uma ação conjunta e enérgica da Funai, Polícia Federal e Exército para retirar os garimpeiros da terra dos Yanomami. A decisão do ministro foi tomada ao visitar no dia 4, as aldeias Paapiú e Surucucu e os garimpos clandestinos Jeremias e Pista do Lauro.

O ministro decidiu reforçar a assistência médica, enviar quatrocentos quilos de remédios, prover de meios de transporte a Funai e os órgãos do Ministério da Saúde e criar cinco postos de saúde.

Alcení disse que é impossível acabar com a fome e as doenças sem retirar os garimpeiros.

Em Jeremias, onde o número de índios Yanomami caiu de 250 para cerca de 150, Alcení medicou uma criança de um ano, que estava com desnutrição crônica. (*Correio Brasileiro e O Globo*, 05/08/90)

Sai Funai, entra Saúde

O presidente Fernando Collor determinou prioridade ao ministro da Saúde, Alcení Guerra, no tratamento das doenças que afetam os Yanomami. A primeira medida adotada pelo governo foi passar o comando das ações de saúde da Funai ao Ministério da Saúde. (*Jornal do Brasil*, 01/08/90)

Ilustres visitantes

Depois de Bush, o príncipe Charles verá os Yanomami, em outubro. Em 1991, será a vez do papa João Paulo 2º. O governo acha que as visitas podem desencadear uma campanha mundial contra o genocídio dos Yanomami. (*Folha de S. Paulo*, 02/08/90)

Dúvida cruel

José Lutzenberger diz que ainda não entendeu o que fazia Romero Jucá, ex-presidente da Funai e candidato do PDS ao governo de Roraima, no avião que levou Collor à fronteira com a Venezuela na semana passada. (*Folha de S. Paulo*, 29/07/90)

Nova publicação da Ação pela Cidadania



A Comissão Pela Criação do Parque Yanomami-CCPY, Cedi, Cimi e Núcleo de Direitos Indígenas, com o apoio da Fundação Mata Virgem, lançaram o documento *Yanomami: A Todos os Povos da Terra, da Ação pela Cidadania*. É o segundo relatório lançado por esse movimento sobre os Yanomami, referente a acontecimentos no período de junho de 1989 a maio de 1990.

Avalia a política do governo Collor em relação aos Yanomami, cujas ações procuraram ter um impacto de mídia e avaliam a deterioração da saúde dos índios e de seu habitat. O documento destaca que o governo Collor não anulou os decretos ilegais que criaram reservas garimpeiras em território Yanomami. A publicação traz um relatório de saúde do 3º Plano Emergencial à saúde dos Yanomami, que demonstra o agravamento da saúde dos índios, configurando um índice de 12,6% de mortalidade.

A publicação está disponível aos interessados pelo preço de Cr\$ 250,00. Pode ser comprada no Cedi, ou através de cheque nominal pelo correio; encontra-se à disposição também no Cimi, CCPY e Núcleo de Direitos Indígenas.

Fazendeiros terão que sair da terra dos Kadiweu

Os fazendeiros que arrendam terras na reserva dos índios Kadiweu tem seis meses para deixar os 325 mil hectares caso não queiram ser despejados por força de decisão judicial. A Funai já notificou os 83 arrendatários e o juiz federal Odilon de Oliveira, titular da 3ª vara, proferiu sentença determinando o despejo de seis fazendeiros.

Nos próximos dias deve sair o mesmo veredito, abrangendo mais

22 contratos sobre 96.157 hectares.

Paralelamente, o juiz Odilon de Oliveira determinou à Polícia Federal que instaure inquérito e apure a existência de crime na decisão do ex-presidente da Funai Gerson da Silva e do delegado regional do Mato Grosso do Sul à época, Lisio Lilli, que em 1985 prorrogaram os contratos de arrendamentos por mais três anos. Isso é vedado por lei. (*Última Hora*, 03/08/90)

Índios indicam nomes para Funai

A Comissão Indígena do Ministério da Justiça, composta pelos índios Megaron (Metuktire), diretor do Parque Indígena do Xingu, Joel de Oliveira (Terena), Estevão Taukane (Bakairi), Kurehê Waritire (Karajá) e Jeremias Pinipawue (Xavante), encaminhou no dia 23 de julho ao ministro Bernardo Cabral lista de nomes para a presidência da Funai. São eles: Sidney Possuelo, sertanista, chefe da Coordenadoria de Índios Isolados da Funai; Marcos Terena, piloto da Funai; Cláudio Romero, assessor do presidente da Funai; e Kleber Gomes Ferreira Lima, do Ministério da Justiça. (*CEDI*, 06/08/90)

Seca e fome afetam Guajajara

A fome e a sede estão matando índios Guajajara da reserva de Bacurizinho, no município de Grajaú, a 618 quilômetros de São Luis. Um índio morreu e quatro foram internados no hospital municipal de Grajaú totalmente desnutridos.

Os índios ficaram sem alimentos depois que a seca destruiu 80% de suas lavouras. Com a estiagem os açudes secaram matando os peixes. Por causa da fome os índios estão abandonando as aldeias indo para a sede do município de Grajaú pedir esmolas. (*O Liberal*, 25/07/90)

MJ examina capítulo sobre índios

O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Tercio Sampaio Ferraz Jr, assinou a portaria nº 56, no dia 5 de julho, que constitui grupo de trabalho para examinar projeto de legislação que regulamenta a Constituição, no capítulo *Dos Índios*, sob a cláusula "relevante interesse público da União", para fins de ocupação, domínio ou posse das terras indígenas, ou exploração das riquezas naturais do solo, dos lagos e dos rios nelas existentes. O grupo é coordenado por Humberto Pedrosa Espínola, da Secretaria Federal de Assuntos Legislativos, e tem 45 dias para examinar o projeto. (*Diário Oficial*, 06/07/90)

Plantações de epadu são destruídas no Acre

A Polícia Federal localizou oito plantações de epadu no Vale do Jurua, no norte acreano, na região dos índios Kampa.

Segundo o Superintendente regional, delegado Luis Gonzaga Neto, nenhuma pessoa foi indiciada, porque a erva não estava sendo usada para fabricação de pasta básica de cocaína, mas como complemento alimentar.

As plantações foram destruídas e novas operações serão feitas em busca de mais plantações de epadu. (*O Globo*, 29/07/90)

Metalúrgicos suspendem greve na Ford

Os metalúrgicos da Ford de São Bernardo do Campo decidiram, na tarde do dia 30 de julho, suspender a greve e retornar ao trabalho, depois de cinquenta dias de paralisação. Durante assembleia com cerca de quatrocentos "golas vermelhas" — metalúrgicos da ferramentaria e manutenção — foi aprovada a proposta da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de retorno ao trabalho, pondo fim a um dos movimentos mais atribulados do setor.

Pelo acordo, os metalúrgicos recebem reajuste salarial de 59,11% em julho, acrescido de 15% em agosto.

Governo concede abono salarial irrisório

O abono de Cr\$ 3 mil concedido pelo governo aos assalariados que ganham menos de Cr\$ 23.017,30 foi recebido pelo movimento sindical como uma medida paliativa, insuficiente para amenizar as tensões na área trabalhista.

A ministra da Economia deixou claros três pontos importantes sobre esse abono: não se estende aos aposentados e pensionistas; não será recebido pelos funcionários públicos em disponibilidade; e os governos dos estados e municípios não são obrigados a pagar o abono porque têm autonomia.

Francisco Canindé Pegado, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), disse que "o abono não significa nada". Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antonio Medeiros, elogiou a medida do governo.

Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, considera o abono uma esmola. "Acho que os brasileiros não precisam de esmolos, mas de um mecanismo salarial que proteja seu poder aquisitivo", disse. Entre os 140 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, 65% ganham até o salário médio da categoria que foi de Cr\$ 25 mil, em junho. (*Gazeta Mercantil*, 30/07/90; *Folha de S. Paulo*, 28/07/90)

Serão readmitidos oitenta dos cem empregados demitidos durante a greve. Seis membros da comissão de fábrica também serão readmitidos, bem como três integrantes da Cipa. Ao longo do conflito, a preservação da comissão tornou-se uma das principais exigências dos trabalhadores. Dois líderes da comissão, João Ferreira Passos, o "Bagaço", e José Arcajo de Araújo, o "Zé Preto", foram afastados da empresa, mas receberão seus salários durante os próximos três anos. Os 6.500 operários da produção, que não entraram em greve, mas tiveram seus salários suspensos durante esses cinquenta dias, rece-

berão a partir do final do movimento.

A decisão da Ford de suspender o pagamento do pessoal da produção — que comparecia à fábrica, mas não podia trabalhar — como forma de pressão para o fim da greve foi o estopim da revolta que levou à depredação de prédios da empresa, incêndio e destruição de automóveis e enfrentamentos com batalhões da Polícia Militar. Os novecentos grevistas receberam ajuda do fundo de greve. As pressões e ameaças de demissões de trabalhadores do setor de autopeças, por falta de encomendas da Ford, também pesaram na análise do sindicato. (*Folha de S. Paulo*, 31/07/90)

Trabalhadores discutem com Autolatina contrato coletivo

Depois de finalizada a greve de cinquenta dias, a Autolatina discutirá o contrato coletivo com os trabalhadores. As negociações começam, neste mês, entre diretores da empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

A elaboração de um contrato coletivo de trabalho é um dos itens de uma pauta de reivindicações definida pelos membros das comissões de fábrica das sete unidades da Autolatina. Os demais pontos desta pauta são a recuperação do poder aquisitivo dos salários, não punição de dirigentes sindicais e trabalhadores durante greves e negociação permanente entre empresa, sindicatos e comissão de fábrica.

Para o assessor jurídico do sindicato dos metalúrgicos José Francisco Siqueira Neto, a renovação das estruturas de relações entre empregados e empregadores passa justamente pelo afastamento do Judiciário nos impasses trabalhistas e pela abolição da data-base.

O tipo de contrato que existe na Europa e EUA regulamenta formas de reajustes salariais, jornada de trabalho e greves. Neste caso, o sindicato dos trabalhadores deve avisar a empresa com antecedência, quando houver possibilidade de paralisação,

para que se tente evitá-la através de acordos.

Um exemplo da possível influência do contrato coletivo de trabalho, que será discutido na Autolatina, é a proposta de criação do "salário profissional", uma espécie de piso salarial para uma determinada função.

Segundo o vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos, Heiguiberto Della Bella Navarro, a idéia do salário profissional é garantir que, numa mudança de emprego, o trabalhador não venha a receber um salário inferior àquele que recebia anteriormente. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foi o primeiro a incluir, em uma pauta dirigida à Fiesp, em 87, a reivindicação do contrato coletivo de trabalho.

A discussão de um contrato coletivo de trabalho para os trabalhadores da Autolatina, que provavelmente levará mais de um ano, deverá ser balizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este ano a CUT enviou ao Congresso uma proposta de contrato coletivo de trabalho que seria articulado nacionalmente. (*Diário do Grande ABC*, 01/08/90; *Gazeta Mercantil*, 02/08/90)

TST julga 'abusiva' greve dos metalúrgicos da CSN

Por nove votos a dois, os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgaram "abusiva" a greve que os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vêm sustentando desde o dia 11 de julho. Pelo mesmo número de votos foi negada a reposição salarial de 166,89%, retroativa a 1º de maio, reivindicada pelos trabalhadores. Em seu lugar, foi aprovada uma fórmula de reajuste escalonado que vai resultar numa reposição média de apenas 25,59%. Também os trabalhadores tiveram recusado o pedido de estabilidade provisória de noventa dias e o aumento de 4% por produtividade.

A reivindicação dos trabalhadores de que fossem pagos imediatamente os salários atrasados (110 milhões de dólares que a empresa deve aos seus funcionários e queria parcelar em cinquenta meses) foi parcialmente aceita. Os trabalhadores de nível 20 a 31 receberão em nove meses; os de nível entre 32 e 45 em dez meses; daí em diante, em um ano.

Envolvido desde os primeiros dias do movimento em um longo e desgastante processo de negociação, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Vagner Barcelos, buscou de todas as formas evitar a realização do julgamento pelo TST. Isto porque ele queria evitar que o princípio de abusividade da greve, levantado pela empresa, fosse apreciado pelo tribunal. Agora que o movimento foi conside-

rado abusivo pela Justiça do Trabalho, a empresa está legalmente amparada para demitir ou suspender os trabalhadores, descontar os dias parados, além de, através de ação judicial, poder cobrar prejuízos e danos causados durante a greve.

A decisão do TST revoltou os líderes sindicais e os advogados que representaram os trabalhadores. O

advogado Ulisses Riedel encaminhara um recurso ao próprio TST. "Vamos recorrer e provar que essa sentença está equivocada", explicou ele. A direção do sindicato vai relatar à assembléia dos trabalhadores da CSN as decisões do TST, mas a intenção é manter o movimento. (*Gazeta Mercantil*, 07 e 09/08/90; *Folha de S. Paulo*, 09/08/90)

Lula diz que greve é ato político

A greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ganhou um reforço de peso, na tarde do dia 4 de agosto, quando subiu ao palanque de concreto da Praça Juarez Antunes, no centro de Volta Redonda, o deputado do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. E subiu já avisando que a greve era política, sim, pois "é a única resposta possível dos trabalhadores a três políticas do governo Collor: a do pior arrocho salarial de todos os tempos, que já deixou os descamisados "descuecados"; a de privatização de estatais eficientes e lucrativas, endividadas por mamatas e negociatas de suas administrações; e a de quebrar a espinha dorsal do sindicalismo brasileiro".

A multidão aplaudiu muito quando Lula atribuiu "importância nacional" à greve da CSN,

e riu quando ele perguntou pela polícia e pelos juízes "que prendem trabalhadores que não conseguem pagar suas contas em dia, mas não prendem os administradores da CSN, que não pagam os salários dos trabalhadores". E se emocionou quando uma borboleta amarela pousou no peito da camisa branca do orador, suada sob o primeiro sol que aqueceu a Praça Juarez Antunes após mais de dez dias de rigoroso inverno.

O discurso de Lula reergueu o ânimo dos trabalhadores em greve desde 11 de julho. "Ele tem razão", disse a moça com a camiseta forrada de adesivos de Brizola e do PDT. "Collor foi a última peça que a burguesia atrasada nos pregou. E esta greve histórica vai deixar isso bem claro". (*Jornal do Brasil*, 05/08/90)

Greve na Eletrobrás não tem acordo

Não houve acordo na audiência de conciliação que reuniu no Tribunal Superior do Trabalho (TST), representantes das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e de 66 sindicatos de eletricitários. A empresa se recusou a fazer qualquer tipo de contraproposta à categoria, que reivindica reposição salarial de 256%. Diante do impasse, a greve iniciada pelos eletricitários no último dia 31.

Estão parados 95% dos 81 mil empregados do sistema Eletrobrás. Ape-

nas 5% da categoria continuam trabalhando nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia.

"Eu sinto que a greve será longa e de resistência aos planos do governo de reduzir salários, promover demissões e privatizar o setor sem qualquer discussão", afirmou um dos líderes do comando e do Departamento Nacional dos Urbanitários da CUT, Vicente Andreu. (*Gazeta Mercantil*, 08/08/90; *Jornal da Tarde*, 02/08/90)

CGT distribui cartão de crédito no ABC

A CGT está distribuindo, desde o dia 6, 50 mil cartões de crédito para os trabalhadores dos sindicatos ligados à entidade. O cartão possibilitará ao usuário adquirir mercadorias na cooperativa dos funcionários da Volkswagen. O sistema faz parte de um convênio firmado entre CGT e Coopervolks e representa uma nova tática da CGT para entrar no Grande ABC, reduto da CUT. (*Diário do Grande ABC*, 05/08/90)

Brasil ocupa 80º lugar no ranking mundial da educação



O Brasil é um dos países que menos investem em educação, tendo um percentual do PIB para esta área inferior ao aplicado por vários países da América Latina, entre eles Paraguai, Equador, Peru e Nicarágua. No ranking mundial, o Brasil está em 80º lugar, segundo dados do Ministério da Educação.

Consed considera ilegal a MP 194

Uma aplicação prioritária dos recursos do salário-educação no ensino de 1º grau. Esta foi a principal resolução da 25ª Reunião do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), realizada em Fortaleza nos dias 25 a 27 de julho. O Consed decidiu encaminhar uma moção ao ministro Carlos Chiarelli, alertando que a Medida Provisória 194 é ilegal. A MP 194 destina as cotas federais do salário-educação para os três graus. O Consed entende que só deve beneficiar o 1º grau.

Instituído pela Lei 4.440, de 27 de outubro de 1964 (em 1975 foi reestruturado), o salário-educação é uma contribuição de todas as empresas do país, para ajudar no custeio do ensino de 1º grau.

O Consed decidiu apoiar o anteprojeto elaborado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Esse anteprojeto divide os recursos do salário-educação em 60% para os estados e distritos, 20% ao Ministério da Educação e 20% aos municípios.

No dia 29, todos os secretários de educação do país vão deflagrar uma campanha de assinaturas em favor do anteprojeto, que será encaminhado ao Congresso Nacional. O anteprojeto também prevê a formação de uma comissão paritária para fiscalizar os repasses da cota federal do salário-educação. (Zero Hora/Porto Alegre, 01/08/90)

O ministro Carlos Chiarelli, da Educação, reconhece que o percentual de 4,3% do PIB aplicado na educação em 89 é muito pequeno, principalmente quando a Constituição estabelece 13%. Enquanto o Brasil não decidir um projeto de política educacional para ser aplicado em caráter de urgência, será praticamente impossível recuperar o atraso que o separa dos países do primeiro mundo, avalia o coordenador de Educação do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea),

Divonzir Gusso. Na opinião do professor, os recursos — entre 3,5% e 4% do PIB — vêm sendo mal direcionados. “O problema é mais consequência da falta de uma política educacional do que de investimentos”, diz Divonzir.

O sociólogo Pedro Demo, técnico do Ipea e professor da Universidade de Brasília, não tem dúvidas de que a concentração de investimentos na área de educação é o caminho para assegurar o desenvolvimento. (O Globo, 05/08/90)

Fiesp quer redução de impostos para investir em alfabetização

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) deverá apresentar ao ministro da Educação, Carlos Chiarelli, um documento que define a sua forma de participação no Programa Nacional de Alfabetização que o governo Collor lançará no dia 8 de setembro.

Neste documento, os empresários vão definir o que querem — como, por exemplo, uma redução de impostos — e a sua contribuição ao programa, que poderá ser a implantação de escolas “para eles gerirem”, disse o ministro.

Chiarelli esteve reunido, dia 3, com líderes sindicais e empresariais para discutir o programa de alfabetização do governo. O presidente da Fiesp, Mario Amato, que participou

do encontro, está disposto a colaborar. Ele se dispôs a encaminhar ao ministro um cadastro com o nome de todos os trabalhadores paulistas analfabetos, e seus filhos, que poderão ser atingidos pelo programa.

Para o presidente da CUT, Jair Meneguelli, a preocupação é boa, mas tardia e vinculada às necessidades da política industrial do governo. Pediu o programa por escrito para levá-lo à avaliação da conferência da CUT a ser realizada no final do mês, em Belo Horizonte, sobre a escola pública.

Participaram também do encontro Dalton Silvano do Amaral, diretor da CGT, e Fábio Zambon, presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo. (Gazeta Mercantil, 06/08/90)

MG pede verba para alfabetização

Uma equipe formada por representantes da Delegacia do MEC/MG, UFMG, Secretaria de Estado da Educação e União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) esteve em Brasília para entregar à coordenadora do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, Ledja Austrilino Silva, um estudo com a análise da situação do analfabetismo no estado.

O documento aponta a existência de 3 milhões de analfabetos no Estado, dos quais 21% têm mais de 15

anos de idade. Para reduzir o analfabetismo em 90%, estão sendo reivindicados US\$ 450 milhões, equivalentes a Cr\$ 38 bilhões.

A coordenadora da Delegacia do MEC/MG, Suzana de Oliveira Martins, informou que o plano é vinculado ao programa de democratização da escola básica. “A proposta é descentralizar o programa pelos municípios, implantando-o dentro das escolas públicas”, afirmou Suzana. (Hoje em dia/Belo Horizonte, 26/07/90)

Municipalização de ensino volta a ser discutida

Mais de duzentos educadores, representantes de 160 cidades paulistas, participaram dia 31 de julho do Fórum Estadual das Comissões de Educação dos Municípios, realizado na Universidade de São Paulo. O objetivo foi discutir o programa de municipalização da educação, iniciado em outubro de 1989 e que até agora já consumiu 2 bilhões e 563 milhões de cruzeiros do governo estadual.

Os participantes do fórum encaminharam ao secretário estadual de Educação, Carlos Estevam Martins, uma série de reivindicações, como maior repasse, estabelecimento de critérios para a distribuição das verbas e também mais autonomia para as comissões que, em cada cidade, são responsáveis por fiscalizar e planejar o processo de municipalização.

Segundo o secretário, o fortalecimento das comissões depende do nível de organização "para que os recursos sejam liberados conforme as prioridades de cada região". Carlos Estevam Martins informou que a municipalização da educação já atinge 65% do estado de São Paulo. (*Diário Popular/São Paulo*, 01/08/90)

Secretário quer cooperação de empresas

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo está negociando um convênio com a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta para o treinamento de professores de mil escolas da rede. A participação de empresas e da comunidade em programas educacionais traduz um novo conceito de educação, de acordo com o secretário Carlos Estevam Martins.

Martins projeta, ainda para este ano, a implantação de um programa de reforma e manutenção das escolas do estado em associação com as empresas privadas. Os investimentos em educação poderiam ser recompensados "em nível de impostos", segundo Martins. (*Gazeta Mercantil*, 06/08/90)

Empresários vão investir em educação

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil, que reúne em São Paulo mais de oitocentas empresas responsáveis por um quinto das exportações brasileiras, deve investir em ensino básico, a partir do próximo ano. O comitê que dirige a Câmara está preocupado com a qualidade dos estudantes formados pelas escolas de 1º e 2º graus do país e com o alto índice de evasão escolar. "Algumas empresas já têm dificuldade para contratar mão-de-obra", afirma Jean Rozwadowski, presidente da Câmara em São Paulo.

Para ele, o êxito da nova política industrial do Brasil depende da melhoria da escola básica. Rozwadowski cita dados de uma pesquisa do Banco Mundial para fundamentar sua preocupação. "No Brasil, apenas 21% dos alunos chegam a iniciar o 2º grau", afirma. "É uma taxa insatisfatória não apenas em comparação com os países desenvolvidos, pois no Chile 66% dos estudantes se matriculam no 2º grau e na Coréia esse índice é de 91%". (*O Estado de S. Paulo*, 31/07/90)

Estudantes denunciam descaso do governo com escola pública

O presidente de União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Leandro Severo, durante encontro nacional de lideranças estudantis em Belo Horizonte, denunciou a situação crítica das escolas públicas no país e o descaso do governo: "Antes de 1964, 75% das vagas para o curso superior eram oferecidas pelas escolas públicas. Hoje, as escolas particulares respondem por 78%. Antes de 1964, 85% dos alunos de 1º e 2º graus es-

tavam matriculados em escolas públicas. Hoje a participação do Estado é da ordem dos 58%."

Para Severo, as escolas particulares são hoje uma instituição, um comércio privilegiado pelo governo federal, devido à completa falta de política voltada aos anseios da população, dos estudantes e dos trabalhadores, contrariando os preceitos constitucionais". (*Diário da Tarde/Belo Horizonte*, 01/08/90)

Faltam professores na rede estadual de São Paulo

Uma parte dos quase 6 milhões de alunos que voltaram às aulas neste segundo semestre em toda a rede pública do estado de São Paulo corre o risco de ficar sem aulas de várias disciplinas. Como há um déficit de professores em toda a rede pública e com a proibição imposta pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) à Secretaria de Educação de contratar 1.500 docentes, as escolas não terão como garantir a carga horária mínima de várias matérias.

O procurador do TRE, Antonio Carlos Mendes, disse que o secretário da Educação desobedeceu a lei eleitoral, que proíbe contratações, nomeações e designações de funcionários

noventa dias antes da realização do pleito.

"Nesse caso específico, acho que o TRE errou", opina João Felício, presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). "Mais uma vez, serão as crianças as mais prejudicadas, principalmente as da Grande São Paulo", diz.

Felício conta que o déficit de professores é muito maior do que mostram os números da secretaria da Educação. "Pelos nossos cálculos, faltam hoje cerca de dez mil professores de todas as disciplinas na rede pública", afirma. (*O Estado de S. Paulo*, 31/07/90)

EUA preparam intervenção no golfo Pérsico

A captura de 28 cidadãos norte-americanos por tropas iraquianas no Kuwait acabou com as últimas resistências à idéia de intervenção direta no conflito no golfo Pérsico. O governo dos EUA deu sinal verde para que as Forças Armadas coloquem-se em estado de prontidão para intervir no golfo Pérsico.

Para os aliados ocidentais, a prioridade é iniciar negociações com o objetivo de estabelecer bases militares de apoio em países próximos ao golfo Pérsico.

A Casa Branca tenta fixar tropas, tanques e aviões na Arábia Saudita — que faz fronteira tanto com o Iraque como com o Kuwait. O secretário da Defesa, Richard Cheney, chegou

em Riad (capital) para liberar seus aeroportos para o desembarque de soldados norte-americanos, contudo, o governo saudita fez apenas duas exigências. Ambas, prontamente aceitas por Cheney:

1) A autorização só será dada oficialmente depois que Riad receber garantias de que o país não ficará à mercê da ira de Hussein. Ou seja, depois que os aliados ocidentais decidirem de fato invadir o Kuwait ocupado.

2) A Arábia Saudita pediu que os EUA esperem um pouco mais. Os sauditas ainda acreditam na possibilidade de que uma solução pacífica seja alcançada nos próximos dias. (Folha de S. Paulo, 07/08/90)

Iraque invadiu de madrugada

A invasão do Kuwait por tropas e blindados do Iraque aconteceu na madrugada do dia 2. O ataque das forças iraquianas foi fulminante, e a capital kuaitiana foi tomada em pouco tempo. Houve resistência em torno do palácio real.

A invasão provocou imediata reação no mercado, com os preços do petróleo, ouro e dólar tendo disparado. (O Estado de S. Paulo, 03/08/90)

Quem arma o Iraque

- *Brasil* — 500 blindados de reconhecimento Cascavel e Jararaca e 36 baterias de lançadores de foguetes Astros-2
- *China* — 1.500 tanques pesados T-50 e T-60 e 80 aviões de combate J-7 (versão chinesa do Mig-21 soviético)
- *Tchecoslováquia* — 1.000 blindados BMP para transporte de tropas
- *África do Sul* — 200 canhões de 155 mm
- *URSS* — 500 tanques pesados T-72; 1.000 tanques pesados T-62; 350 mísseis de superfície Scud-B; 80 aviões de ataque ao solo; 198 aviões Mig; 16 bombardeiros e 500 canhões de 122 mm

Outros fornecedores de material bélico para Bagdá

- *Grã-Bretanha* — maquinaria informatizada
- *Bélgica* — componentes para fabricação de gás mostarda
- *França* — reator nuclear e sistema de guiamento de mísseis
- *Itália* — urânio e tecnologia nuclear
- *Suécia* — assistência em projetos de mísseis
- *EUA* — computadores e helicópteros
- *Alemanha Ocidental* — bombas pesadas

Armas brasileiras ficaram na retaguarda

Em sua ofensiva contra o Kuwait, o Exército iraquiano não empregou nem o lançador de foguetes Astros-2, fabricado pela Avibrás, nem os tanques sobre rodas do tipo Cascavel da Engesa. É possível que as tropas reunidas para a invasão tenham se servido de algumas dezenas de veículos blindados de reconhecimento do tipo Jararaca, também da Engesa. O Iraque fez novas encomendas de foguetes à Avibrás, mas como o governo iraquiano ainda não pagou uma antiga dívida de US\$ 33 milhões (cerca de Cr\$ 2,8 bilhões), a Avibrás não atendeu a encomenda. (Folha de S. Paulo, 03/08/90).

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL